



Epidemia de febres palustres no Rio Branco: notícias da doença no *Jornal do Rio Branco* no início do século XX

Hstefany Pereira Muniz Araújo *

Resumo: O presente trabalho busca compreender os diversos fatores que levaram a propagação de doenças e epidemia de febres que assolou o Rio Branco nas primeiras décadas do século XX analisando as notícias no *Jornal do Rio Branco – órgão mensal dos interesses dos moradores do Rio Branco* que acompanhou prontamente os fatos que deram notícias da epidemia, assim como, as ações do Estado para combatê-la, a exemplo da descrição dos trabalhos da Comissão Sanitária de Saúde no Rio Branco. Neste trabalho, optamos em fazer uma análise crítica do periódico, ressaltando que as notícias presentes no *Jornal do Rio Branco* informam, sobretudo, dos fatos que acontecem na vila. Por fim, verificamos que a presença da Comissão na região ajudou na contribuição das melhorias médico-sanitárias para o Rio Branco.

Palavras-Chave: Jornais. Rio Branco. Doenças.

Abstract: This workshop searches to understand the several factors that prompted the propagation of diseases and epidemic fever that devastated the Rio Branco in the early decades of the twentieth century. Analyzing the news in the Journal of the Rio Branco – Monthly organ of the interest dwellers of the Rio Branco, promptly followed the facts that gave the epidemic news, as well as the State's actions to combat it. For example the description of the Health Sanitary Commission's work in the Rio Branco. In this workshop, we chose to make a critical analysis of the newspaper, highlighting the news reported in the Journal of the Rio Branco, especially the things that happen in the town. Finally, we note that the Commission's presence in the region has helped to contribute to medical and sanitary improvements of the Rio Branco.

Keywords: Newspapers. Rio Branco. Diseases

* O presente artigo é parte integrante da monografia defendida na Universidade Federal de Roraima que tem como título *O ESTADO SANITÁRIO NO RIO BRANCO: Comissões de Saneamento e as notícias das doenças no Jornal do Rio Branco no início do século XX*.



Introdução

Os esforços dos historiadores para escrever a História de Roraima lhes remetem a caminhos nem sempre fáceis de serem trilhados. Ao buscar seus primórdios quando Roraima ainda era Rio Branco, nos deparamos com fontes que nos desvelam nuances as quais para muitos passariam despercebidas.

É com o olhar atento que o historiador percebe os fatos e busca sistematizá-los por meio de análises apuradas para que deles se faça a história. O presente trabalho é um exemplo disso, pois ao nos depararmos com os exemplares do referido jornal e ao mesmo tempo com os relatórios das Comissões Sanitárias chefiadas por Oswaldo Cruz no ano de 1913 e Aurélio Pinheiro no ano de 1917, nos vimos impelidos em trazer à tona a importância que aquelas ações representaram para o Rio Branco, sendo que seus resultados influenciaram na formação do atual Estado de Roraima.

O foco principal foi o trabalho com o periódico *Jornal do Rio Branco* que foram digitalizados e adquiridos junto ao Centro de Documentação, Arquivo e Pesquisa – CENDAP/AM e disponibilizados para estudos acadêmicos, onde analisaremos as notícias da Comissão Sanitária.

A pesquisa teve como origem a seguinte problemática: “Como se deram os trabalhos da Comissão Sanitária de Saúde a partir da análise das notícias veiculadas no *Jornal do Rio Branco* nas duas primeiras décadas do século XX?”, pois entendemos que discutir as condições sanitárias da região nos proporcionaria melhor entendimento das condições socioeconômicas, políticas e culturais da mesma. Ainda assim ao nos depararmos com a historiografia de Roraima percebemos a falta de produções destinadas ao estudo dos aspectos sanitários e de saúde daquele período.

Para tanto, traçamos como objetivo geral “realizar uma análise das notícias veiculadas no *Jornal do Rio Branco* acerca das epidemias de febres palustres que afligiram o município de Boa Vista do Rio Branco nas duas primeiras décadas do século XX, tendo como foco as ações da Comissão Sanitária de Saúde”.

Acreditamos que este trabalho irá contribuir para a formação de novos historiadores e acadêmicos de outras áreas, que poderão ter em mãos um material útil para começar ou apoiar-se em outras pesquisas que venham a abordar esta temática. Assim como, a sociedade



poderá desfrutar de uma fonte de conhecimento e informação capaz de fazer com que os leitores reflitam sobre a formação social e cultural do atual Estado de Roraima.

Para a sistematização da pesquisa fizemos uso da seguinte metodologia: levantamentos bibliográficos com a leitura cuidadosa de obras produzidas sobre o tema, assim como de trabalhos de Professores da Universidade Federal de Roraima, sejam eles nos campos da História, da Sociologia ou de outras áreas.

Rio Branco e a sua condição sanitária

Boa Vista do Rio Branco passa a ser município de acordo com a constituição de 1891. Por meio do Decreto nº 49, o Governador do Estado do Amazonas, Augusto Ximeno de Villerroy, estabelece que a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo fosse elevada à categoria de vila, sede de um novo município com a denominação de Boa Vista do Rio Branco mantendo ainda os mesmos limites geográficos da condição anterior, anos mais tarde, Boa Vista do Rio Branco, passaria a se chamar Boa Vista. A sociedade local daquela época, tais mudanças certamente traçaria o destino daquela região, pois a população local acreditava que com a emancipação a região iria se desenvolver mais depressa e seriam criados e estabelecidos vínculos comerciais com outras regiões.

Para Souza (2011) tais mudanças traçariam o destino da região, pois a população local acreditava que com a emancipação da referida região, essa iria se desenvolver mais depressa e seriam criados e estabelecidos vínculos comerciais com outras regiões. Já para Oliveira (2003) em sua tese de doutorado, afirma que o município de Boa Vista do Rio Branco transformou-se em um núcleo político, administrativo e militar de maior relevância na região, porém, continuava subordinado ao Estado do Amazonas, não firmando tomadas de decisões de nível local, as quais eram definidas em Manaus.

Silva (2007), afirma que apesar da emancipação política do município em 1891, esta ainda tinha uma “pequena população”, que se ocupava principalmente de atividades ligadas ao setor primário. De acordo com o autor, a principal base da economia local era a pecuária, e que a pequena população regional residiam principalmente nas fazendas localizadas ao longo dos rios.

No início do século XX o Deputado Luciano Pereira (1917) produziu um relatório no qual apresentava as condições estruturais da Vila, no documento consta que haviam casas



bem construídas de pedra e cal, coberta de telhas e bem pintadas a cores, as ruas eram largas e não calçadas, no entanto, limpas e secas mesmo no inverno. Ao todo eram 49 casas e contava com cerca de quinhentos habitantes que viviam basicamente da indústria pastoril. A maior concentração de casas situava-se nas proximidades do porto.

Ao relatar sobre as 49 casas, Luciano Pereira (1917) informava que ficara surpreendido com o número de domicílios, pois havia muitas ruas e a área construída era grande. De acordo com o relato, a Vila possuía apenas uma farmácia e a Igreja estava em ruínas, e ele investigando o porquê deste fenômeno, encontrou no fato de a maior parte dos proprietários de fazendas não residirem lá. No relato consta ainda, que a Vila não possuía nenhum serviço municipal organizado, mas contava com um orçamento que segundo ele, poderia ao menos possuir água encanada e iluminação pública. Sobre a contribuição de impostos municipais, o autor afirmou que em Boa Vista pagava-se os impostos municipais sem tirar quase nenhum benefício, e que parecia não ter outro fim, a não ser alimentar os aparelhos legislativos e executivos.

De acordo com Oliveira (2003), a energia elétrica era um sonho distante, e as políticas que pudessem impulsionar o desenvolvimento a partir da utilização dos recursos locais, o projeto de incentivo agro-pastoril e agro-florestal, mostravam-se frágeis e não chegavam a produzir o suficiente para colocar a região no mercado amazônico. A maior parte da produção era de subsistência local, como os com pouca exportação para Manaus.

Na expedição de Hamilton Rice, em 1924, pelo Rio Branco, o mesmo descreveu que a Vila de Boa Vista era o único agrupamento junto ao rio que tinha a honra de ser chamado de Vila. À época identificou 164 casas e 1.200 habitantes. Em relação à Caracaraí, Rice já havia descrito as condições insalubres daquele porto ao ver a forma como o gado era abatido e como de restos dos animais eram desprezados em via pública ou no rio para que os urubus e outros animais os devorassem. De modo similar, Araújo Cavalcante (1949) o fez anos mais tarde, assim como outros viajantes que passaram pelo Rio Branco. O que nos leva a entender que esta era uma prática comum em toda extensão do município. Dessa forma, podemos inferir que tal situação de insalubridade da região não era específica do momento, mas sim uma prática que vinha de tempos anteriores e perdurou por décadas seguintes.

O Governador do Amazonas Constantino Nery, em viagem pela região em 1904, fotografou a subida do porto de Boa Vista, nas proximidades da sede da Fazenda Boa Vista,



na mesma é possível verificar o “esgoto”¹ sendo despejado diretamente no rio Branco. Para Souza (2011) aquela era a “primeira imagem que o viajante tinha ao desembarcar no porto do Rio Branco, e que embora a fotografia tenha sido feita em 1904 por ocasião da expedição de Constantino Nery, representou por décadas a realidade do saneamento básico da vila”.

Figura 1 - Esgoto urbano despejado diretamente no rio Branco (1904)



Fonte: Arquivo pessoal de Aimberê Freitas

Nesse sentido, ao abordar os aspectos sociais na população de Boa Vista, Oliveira (2003) reitera a aspiração “civilizadora” da elite boavistense: viver em um espaço urbano diferente das precárias ruas localizadas em zona plana, de baixa altitude. Essa elite era composta por descendentes de brancos e mestiços vivendo entre uma grande massa de “caboclos” (índios “civilizados”), nas proximidades do porto, denominado Rampa do Cimento, à margem direita do rio Branco, com três ruas paralelas próximas da igreja Nossa Senhora do Carmo. Essa é justamente a imagem fotografada por Constantino Nery em 1904.

Souza (2011) chama atenção para o fato de que a água consumida em Boa Vista era extraída do próprio rio Branco poluído por dejetos das habitações e por restos de animais abatidos para consumo, e doenças como verminoses, sífilis, tuberculose, e beribéri que afligiam a maior parte da população, além disso, ainda tinha um serviço médico insuficiente e mal aparelhado.

¹Não é algo planejado, mas sim fruto da ocasião e da necessidade de fazer com que a água desperdiçada pelo uso doméstico escoasse para o rio.



Em decorrência disso, anos mais tarde, o Rio Branco sofreria uma grave epidemia de doenças que levaria a óbito boa parte da população. De acordo com o autor acima citado, “O estado de saúde da população do Rio Branco poderia levar qualquer um a pensar que o município não se desenvolvia porque possuía uma população doente”(SOUZA, 2011, p. 24) e para ele isso ocorria de fato, pois se as famílias que ali viviam permaneciam em permanente ameaça de doença ou mesmo doente, isso prejudicaria um bom rendimento de trabalho produtivo. Mais adiante, o autor expõe que “muito deste quadro se deve ao próprio morador de Boa Vista por sua ignorância em relação à higiene, em especial a pessoal”(SOUZA, 2011, p. 24) e ainda que “soma-se a isso a omissão do poder público e preponderância das elites locais” (SOUZA, 2011, p. 24).

Sobre a alimentação da população riobranquense, Souza (2011) relata que era precária e que tinha por base “o consumo de carne de gado, caça, pesca e farinha. Não havendo frutas, verduras, legumes, ovos ou mesmo criação de galinha. O reforço de leite seria uma proporção de 30 litros diários para uma população aproximada de dois mil habitantes (SOUZA, 2011, p. 24). Com base nessa informação sobre o tipo de alimentação da população e seus hábitos anti-higiênicos fica explícito que a eclosão da epidemia que devastou a Região do Rio Branco tinha todas as condições favoráveis para que a mesma ocorresse.

Em 1917, a intendência municipal de Boa Vista do Rio Branco, por meio de seu superintendente, Generaldo Collaço Veras, denunciou que há dois anos as febres afligiam a região norte do município e que já tinha provocado cerca de três mil óbitos, na maioria de indígenas. O Superintendente na tentativa de ajudar a cuidar da população adquiriu uma ambulância de medicamentos, a qual se mostrou insuficiente para dar conta dos doentes, segundo o relato, em menos de oito dias foi distribuída a quase 500 enfermos, quase todos residentes na Vila.

O Superintendente lamentou o estado sanitário ao qual se encontrava o Rio Branco, pois a epidemia reinante contribuía para a “falta de braços” que impulsionaria a agricultura, e os silvícolas que de acordo com ele, eram os responsáveis por quase tudo na indústria pastoril estavam desaparecendo, tanto por falta de tratamento, como pela falta de alimento. Ainda de acordo com o relatório do superintendente em algumas casas havia até oito pessoas doentes, as quais não tinham condições de cuidar de si ou dos seus parentes, de maneira que estavam entregues a própria sorte. Também consta, a preocupação com a saúde dos indígenas e ainda se percebe o temor da extinção dos mesmos ou que houvesse um êxodo para a Guiana



Inglesa², onde existia tratamento gratuito para essa população, uma vez que a Inspetoria de Proteção ao Índio não estava preparada para atendê-los.

O *Jornal do Rio Branco* como fonte documental para a história das doenças

No período de 1916 a 1919³, circulou na cidade a publicação intitulada *Jornal do Rio Branco – órgão mensal dos interesses dos moradores do Rio Branco*. Este jornal acompanhou prontamente os fatos que, segundo ele, deram notícias da epidemia de febres, assim como, as ações do Estado para combatê-la. O *Jornal do Rio Branco* foi criado e administrado pela Ordem dos Beneditinos, no período de 1916 a 1919, acompanhou prontamente os fatos que deram notícias da epidemia de febres, assim como, as ações do Estado para combatê-la, a exemplo da descrição dos trabalhos da Comissão Sanitária de Saúde no Rio Branco. Dentro deste contexto, o *Jornal* noticiou os trabalhos da Comissão Sanitária de Saúde no Rio Branco.

Vandeilton Francisco da Silva (s/d) informa que o *Jornal do Rio Branco*, inicialmente, levava à população notícias de cunho religioso e informações diversas, mas, com o passar dos anos e por conta das “circunstâncias” acabou aderindo uma postura mais crítica, que acabou prevalecendo na região.

Silva (s/d) comenta ainda, que o *Jornal do Rio Branco*, mesmo com existência de curta duração, foi o jornal melhor sistematizado entre outros que circulavam no Amazonas. Ele esboça ainda que os jornais da época, estavam a mercê daqueles que os administravam, mantendo-os a serviço dos seus próprios interesses. Ao contrário dos outros jornais da época, o periódico desempenhou inicialmente de forma autônoma um papel importante na defesa de suas bandeiras, que segundo ele, a preocupação do jornal era de “levar informações aos moradores e criticar as ações dos grupos poderosos existentes na região sem grandes rupturas com o contexto religioso” (SILVA, s/d, p. 2).

Dentre as edições publicadas pelo *Jornal do Rio Branco*, tivemos acesso apenas a 7 exemplares publicados em 1917, aos quais somente 4 edições apresentam algo relacionado

²No período que analisado a atual Republica Cooperativista da Guiana era uma colônia pertencente a Inglaterra a qual só veio se tornar independente em 1966.

³Vandeilton Francisco da Silva em seu artigo intitulado *O Jornal do Rio Branco: um instrumento de análise cultural* (s/d), informa que teve acesso a somente 7 exemplares na Cidade de Boa Vista-RR não sabendo ao certo qual o número e ano da ultima edição do *Jornal*, no entanto existem cópias microfilmadas no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa – CENDAP na Universidade Federal do Amazonas que dão conta de todos os jornais que foram publicados pelo beneditinos, sendo o primeiro em 1916 e o ultimo em 1919.



aos assuntos ora abordados. Na sequência do texto, apresento informações sobre estas 4 edições, destacando questões referentes à saúde e à salubridade da cidade.

Edição n. 3, Jan – Fev. de 1917

Na publicação de Janeiro/Fevereiro de 1917 (ano II, num. 3) o *Jornal do Rio Branco* trouxe uma notícia intitulada “A COMMISSAO SANITARIA” na qual informava as primeiras notícias da chegada da Comissão. Segundo a notícia, a vinda da Comissão a Vila foi devido aos esforços da Administração Municipal, e que o objetivo desta seria “combater a epidemia reinante e a dar assistência médica necessária aos doentes”, além disso, dá conta de que seriam fornecidos medicamentos aos doentes, proporcionando atendimentos a população no prédio do Sr. Sezinando Diniz, e aqueles doentes que não pudessem ir ao prédio, seriam atendidos em suas residências. O jornal também dava informação de que a Comissão visitaria ainda os rios da região e em particular os que mais sofriam com a epidemia.

Na mesma notícia em que o Jornal informava que a vinda da Comissão acontecia em decorrência dos esforços da Administração Municipal, fazia, ao mesmo tempo, crítica a essa administração, pois afirmavam o seguinte: “não podemos dar bastantes louvores a administração municipal tanto à actual como a passada, pelo cuidado que tomou e que está tomando da Saúde dos seus administrados”(JORNAL DO RIO BRANCO, 1917, p. 3)

Ao analisarmos a notícia acima citada, podemos perceber que a situação sanitária que se encontrava o Rio Branco era de precariedade extrema. Tal era a situação que o *Jornal* expressou a vontade de que a Comissão se tornasse efetiva e definitiva, as palavras do Dr. Aurélio Pinheiro davam uma noção de como estava à situação na região:

Se fosse possível que a utilissima Comissao se tornasse effectiva e definitiva, não haviam palavras que chegassem para qualificar o beneficio assim prestado a nossa população flagellada, ainda mais que essas febres de máo carácter, que nos estao dizimando não hão de desaparecer com a mesma rapidez que caracterizou o seu aparecimento. Será mistér combater scientificamente e com grande perseverança, o mal uma vez enraizado entre nos de tal forma, que, como nos disse o Sr Dr Aurelio Pinheiro, elle *não achou aqui um certo numero de pacientes, como imaginava, mas sim, um povo inteiro doente.* (**Jornal do Rio Branco**, 1917. p. 3.)

No último trecho da notícia encontramos um dado muito importante, no qual o Chefe da Comissão ao visitar a sede da Prelazia e questionado sobre a “causa do terrível mal”, o



mesmo respondeu que seria a água. Para ele, após analisar por duas vezes as águas do rio, achou-as carregadas de materiais orgânicos. Dr. Aurélio Pinheiro finalizou fazendo um alerta para a população, de que o único meio de escapar aos efeitos da tal água, seria o hábito de fervê-la antes do consumo.

A edição também publicou, na íntegra, o Decreto nº 1, de janeiro de 1917. Em seu teor prorrogava até 31 de março, daquele ano, o período adicional do exercício financeiro de 1916, mandando cobrar sem multa até aquela data os impostos municipais em atraso. De acordo com o decreto, o então superintendente de Boa Vista do Rio Branco, João Augusto Zany, considerava que o péssimo estado sanitário do município alterava gravemente os cuidados com a saúde pública afetando consideravelmente os interesses financeiros dos seus munícipes. Isso demonstra que sem condições de produzir ou trabalhar, os munícipes não tinham como contribuir com os impostos municipais, interferindo decididamente nos investimentos para esse setor da gestão.

Na seção de editais, o superintendente tornou público, as informações referente aos horários em que a Comissão faria os atendimentos a população, mantendo assim o horário de 8h às 10h para os atendimentos na sede, deixando as tardes para as visitas nas residências, esperava-se ainda, a colaboração dos munícipes em prestar assistência a Comissão para o bom desempenho dos trabalhos.

Em outra parte do Jornal com o título “MAJOR FRANCA DAS NEVES” e “Sr JOAO BARRETO DE MATTOS”, as notícias são referentes aos falecimentos ocorridos pela “epidemia reinante”. O primeiro faleceu na Vila de Boa Vista, era fazendeiro e ex-administrador da fazenda nacional de São Marcos, estabeleceu-se no Rio Branco, dedicando-se a indústria pastoril. O Segundo, Sr João Barreto de Mattos faleceu na Villa de Boa Vista e era fazendeiro.

As duas notícias fazem referências aos falecimentos de dois munícipes distintos, diferentes inclusive como foram noticiadas suas mortes pelo jornal. O Major Franca das Neves fora apresentado como ex-administrador da fazenda nacional, vindo de uma família muito respeitável, apresentando inclusive condolências a sua viúva e ao Sr João Barreto de Mattos apenas foi dito que era fazendeiro e que foi motivo de exemplo para o Rio Branco, pois ao sentir-se gravemente doente pediu pra ir a Vila se confessar antes de morrer. Deste modo percebemos um enaltecimento ao Sr. Franca das Neves enquanto que o Sr. João Barreto



apenas fora noticiada sua morte, de toda forma, fica claro que as doenças não distinguiam credo, cor, raça ou classe social.

Edição nº 4, Março de 1917

Já na edição de Março de 1917 (ano II, n. 4) na capa do jornal, já em decorrência do alerta feito na visita da Comissão a Prelazia, de que seria a água a causadora do “terrível mal”, havia um anúncio de alerta para a população em que diz “NÃO BEBAM, NEM DEIXEM BEBER AGUA QUE NÃO SEJA FERVIDA” e ainda faz um chamada para a questão da limpeza das residências “limpeza e aceio em casa e ao redor d’ella são cousa indispensável, em tempo de epidemia mais do que nunca”.(JORNAL DO RIO BRANCO, 1917, p. 1)

Na quarta página, com o título “COMMISSAO SANITARIA” a informação que o jornal trouxe fazia referência aos trabalhos realizados, semanas antes, na Vila de Boa Vista, mas que devido ao esgotamento de todos os remédios, teve de retornar a Manaus em busca de novas ordens e remédios suficientes. Ainda na mesma notícia, o Jornal publicou um ofício que foi encaminhado ao D. Gerardo Von Caloen – Bispo de Phocea:

Ex. e Rev. Sr. D. Gerardo Von Caloen. Bispo de Phocea, prelado do Rio Branco Comunico a V. Ex. Rev. Que dou por interrompido a missão de que incumbiu o Governo do Estado do Amazonas, concernente ao saneamento do Rio Branco, em vista da absoluta escassez dos medicamentos que disponho.

É com bastante pesar que abandono o meu posto, pois que os resultados colhidos no desempenho do meu encargo não foram tão productivos quanto eu desejava, esperando entretanto que o benemérito Governo do Estado não permita que me fique ao desamparo tão nobre empreendimento, e me forneça melhores e mais seguros elementos para continuação dos meus trabalhos.

Aproveito o ensejo para agradecer a V. Ex. Rev. A gentileza captivante que sempre dispensou a esta Commissao.

Deus guarde a V. Ex. Rev.
Boa Vista, 2 de março de 1917.

Dr. Aurelio Pinheiro
(Jornal do Rio Branco, 1917. p. 2.)

Pelo ofício encaminhado a D. Gerardo, percebemos nas palavras do Dr. Aurélio Pinheiro que apesar de seus esforços na tentativa de ajudar a combater as epidemias no Rio Branco a falta de recursos fez com que seus trabalhos fossem interrompidos, e na ocasião lamentava não ter obtido o êxito esperado. O que percebemos também é um descrédito, por



parte do chefe da Comissão para com o Governo do Amazonas, pois nos parece que ele não acreditava que o Estado lhe forneceria o material necessário para continuar seus trabalhos, ou tampouco, ele próprio retornasse para o Rio Branco.

É notória, também, a forma como o chefe da Comissão se reportava ao bispo prelado da região. E ao que tudo indica, o prestígio da Igreja sobrepujava ao da própria administração pública local. Essa relação fica mais nítida por ocasião da publicação da resposta dada ao Dr. Aurélio Pinheiro na mesma edição:

Ill^{mo}. Snr. Dr. Aurelio Pinheiro, Médico, chefe da Comissão Sanitária do Rio Branco, Manaós

Tendo recebido o honroso officio com que V. Sen. Dignou-se de me communicar que dava por interrompida a missão de que o tinha incumbido o Governo do Estado de Amazonas, concernente ao saneamento do Rio Branco, venho por esta agradecer-lhe a fineza d'esta comunicação, e, ao mesmo tempo, exprimir ao Snr. Doutor, em meu nome e em nome do povo do Rio Branco, nossa profunda gratidão pela dedicação ilimitada e a grande habilidade com que, durante algumas semanas, foi soccorrendo, juntamente com seu estimado auxiliar o Snr. Pharmaceutico Dourado, ao nosso povo flagellado pela epidemia, levando ajuda e consolação a todos que tiveram a felicidade de o approximarem.

É com grande prazer que os habitantes do infeliz Rio Branco veem affastar-se d'elles seu precioso e amado medico, do qual tanto precisavam por alguns mezes ainda, há de não ser de um modo definitivo. O que nos consola na nossa aflicção é o pensamento que nosso doutor e amigo não deixara de voltar em breve, com os necessários remedios, devido a bondade e aos cuidados paternaes do Ex. Snr. Governador do Estado, que não deixará, de certo, desamparado e condenado d'uma extinção lenta mas segura, um povo inteiro que esta prompto a trabalhar com elle em prol da pátria Brasileira.

Sempre grato e na espera d'um próximo regresso de V. Sen. Digo-me. Amigo sincero e apreciador.

Gerardo Von Caloen, O. S. B. Bispo Prelado do Rio Branco.
S. Bonifacio, 10 de março de 1917. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 2).

A forma como o Jornal do Rio Branco é utilizado para noticiar os trabalhos da Comissão Sanitária, notas de alertas e explicativas para se tomar cuidado quanto ao uso e consumo da água, ou ainda para noticiar mortes decorrentes da epidemia, passou a ter uma nova conotação, a política. As duas citações apresentadas demonstram que tanto o funcionário público, quanto o chefe da igreja local, utilizaram dessa ferramenta para pressionar o Governo do Amazonas a dar maior atenção ao Rio Branco e fornecer os instrumentos necessários para combater as doenças. De modo igual, existe um apelo não só para o regresso da Comissão, mas principalmente do chefe da mesma.



Além disso, verificamos ainda nos ofícios que no discurso do Dr. Aurélio Pinheiro não se percebeu a confiança de que este regressará ao Rio Branco, mas, nas palavras do Bispo, além de muitos elogios ao Doutor, percebe-se a quase certeza de que o Governador os mandará de volta para continuar os trabalhos já iniciados na região. Ainda sobre os ofícios trocados, o *Jornal do Rio Branco* fez um apelo ao Governador do Estado do Amazonas para que a Comissão pudesse continuar os trabalhos na região, no qual expôs como um “nosso dever de insistir”.

Ex. e ILL Snr. Pedro de Alcantra Barcellar, m. d. Governador do Estado do Amazonas

Na minha qualidade de Bispo-Prelado do Rio Branco, pae e protetor de todo esse povo cruelmente flagellado. Venho agradecer a V. Ex. a bondade previdente que teve de mandar-nos uma Comissão Sanitária, chefiada pelo distincto e dedicado Snr. Dr. Aurelio Pinheiro. Esta comissão deu resultados muito apreciáveis, mas, infelizmente, incompletos por falta d’uma quantidade suficiente dos remédios necessários ao saneamento de todo um povo, atingido pela epidemia de febre biliosa que está assolando esta região. Venho pois, em nome do mesmo povo confiando por Deus a meus cuidados espirituaes, mas do qual também não posso desprezar os interesses temporaes, especialmente no que diz respeito a conservação da vida, - venho pedir encarecidamente a V. Ex. que se digne completar esta sua grande obra de boa administração temporal para com o Rio Branco, mandando que se continuem sem demora os trabalhos da comissão Sanitária, confiando-os as mesmas mãos tão competentes do Dr. Aurelio Pinheiro e seu digno auxiliar. Confiando não somente na bondade de V. EX. senão também na sua ilustração de cientista conhecedor das medidas necessárias para extinguir um tal flagello, digo-me, com todo o respeito e a consideração devidos a altas dignidade de V. Ex.

Amigo sincero e obrigado.

Gerardo, O.S.B. Bispo de Phocea, Prelado do Rio Branco.

S. Bonifácio, 10 de março de 1917. (*Jornal do Rio Branco*, 1917. p. 2)

Neste último ofício encaminhado ao Governador do Amazonas, diferente do que fora escrito ao Dr. Aurélio Pinheiro, as palavras do Bispo expressam a quase certeza que a Comissão voltaria. Neste percebemos certo tom de insistência para que o Governador mande sem demora a Comissão de volta ao Rio Branco, pedindo inclusive a continuação dos trabalhos da Comissão Sanitária, que ficaram incompletos devido a quantidade insuficiente de remédios.

Edição nº 7, Jul.-Ago. de 1917



Nesta edição o jornal publicou o relatório produzido pela Comissão Sanitária. O que nos chamou atenção foram dois fatos. O primeiro é o relato ter sido publicado na íntegra e em duas partes, e o segundo diz respeito à questão da data de publicação no jornal, de no mínimo três meses antes de ter sido apresentado oficialmente ao Governador do Amazonas, percebemos assim, o tamanho da proximidade entre o Dr. Aurélio Pinheiro e o Bispo Gerardo Von Caleon.

No primeiro trecho do relatório publicado no Jornal o Dr. Aurélio Pinheiro relatou que por toda a extensão do rio, há uma assolação pelo impaludismo.

Esse rio assolado pelo impaludismo em todas as suas modalidades clinicas com uma intensidade e pertinência singulares, desde princípios de 1916, vem atravessando um período desolador [inteligível] o ponto de vista da sua salubridade que era a bem pouco tempo, o menor dos seus apanágios e a mais segura garantia dos que buscam nas suas terras fertilíssimas os meios de subsistência.

Em todo o curso da Amajari, afluente do Uraricuera, regularmente explorado e habitado por indígenas e civilizados, apareceram primeiramente perto de 3 annos, casos isolados de febres palustres, que ahi se fixaram sem probabilidade de maior [inteligível] acção, respeitando sempre as áreas circumvisinhas. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 3-4.)

Por esse trecho do relatório, percebemos que os casos de febres se intensificaram de forma mais grave em meados de 1916, no qual Aurélio Pinheiro possivelmente obteve esses dados com moradores da região, pois o mesmo informou que no percurso do rio Amajari e seu afluente rio Uraricoera, os primeiros casos da epidemia apareceram perto de 3 anos.

No trecho seguinte do jornal, ainda fazendo menção ao relatório ali publicado, o Dr. Aurélio Pinheiro comentou sobre a invasão de gafanhotos, que segundo consta: “terrível catastrophe da invasão dos gafanhotos que, em verdadeiras nuvens de muitos kilometros de extensão hostilisou por algum tempo os lavradores e curadores, explodiu a epidemia do impaludismo” (Jornal do Rio Branco, 1917, p. 3-4), ou seja, de acordo com esse relato os casos de impaludismo apareceram em maior proporção após a invasão de gafanhotos.

O fenômeno de invasão dos gafanhotos assustou os habitantes, haja vista, ser um fenômeno jamais observado na região, tal foi à situação que passaram aquelas pessoas que, em muitos lugares, Aurélio Pinheiro comentou que o trânsito foi interrompido, que em mais de uma fazenda houve uma redução a quase miséria, e mesmo o gado que ficou apavorado



devido à quantidade e barulho produzido pelos insetos, desviou-se das pastagens habituais. A consequência disso para o alto rio Branco foi o sofrimento com a fome e com a moléstia.

Sobre as primeiras notícias das doenças, observamos dados importantes no relatório, no relato sobre as malocas o mesmo descreve:

A malária atingiu primeiramente [inteligível] vez pela própria condição [inteligível] os grandes nucleos dos índios Uapixanas, Macuxys, Pauxianas, [inteligível] e Jaricunas, disimando-os de maneira incrível, forçando-os a contingencia de abandonarem os primitivos estabelecimentos. De muitos desses nucleos restam hoje somente as cinzas do incêndio ateadado no desespero da impotência contra o inimigo invisível; o as [inteligível] perdidas nos planaltos longínquos e na beira dos rios taes foram os [inteligível] estragos dos dois flagellos; e os nossos selvícolas reduzidos a míseros esqueletos pela implacável mirexia e pela fome, mudaram, quando podiam mudar, os pousos antigos mais se aproximando do civilisado. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 3-4)

Vemos, portanto, malocas inteiras povoadas com cerca de trezentos habitantes, e ele dá exemplos como a dos Wapixana, em Água Fria no alto Uraricoera, a da Arraia e a de Água Boa, que ficaram completamente extintas, e outras dezenas, reduzidas a menos de um terço. Outro fato importante narrado é do socorro prestado aos indígenas, no qual o mesmo relata que esse ato de humanidade resultou a transmissão de morbus⁴.

Em outra notícia com o mesmo titulo “COMMISAO SANITARIA” a informação que se apresenta é da retomada de trabalhos da Comissão Sanitária, muito solicitada às autoridades civis que o então Governador designou que mandasse *Nova Comissão Sanitária* para o Rio Branco, Comissão esta que começou seus trabalhos exatamente na mesma época da vazante.

Nessa suposta “Nova Comissão”⁵ relatado pelo Jornal, o Dr. Aurélio Pinheiro ainda era o chefe, no entanto entra em cena um novo membro, o Sr. Dr. Carlos da Rocha Leal, que se ofereceu gentilmente para desempenhar gratuitamente as funções de farmacêutico da

⁴STEDMAN, Thomas Sathrop. **Dicionário médico**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2003. Morbus está relacionado a doença ou as diversas variedades de mazelas da saúde.

⁵O jornal trás a notícia de uma suposta Nova Comissão, mas entendemos que se refere a mesma Comissão em uma nova visita a Região, para continuar os trabalhos já iniciados, o que difere da anterior é que o assistente que antes Dr. Dourado Filho agora passa a ser o farmacêutico Dr Carlos da Rocha Leal, que passa a integrar a Comissão de forma voluntária.



Comissão. Nessa nova visita a região, a Comissão contou ainda com ambulância⁶ e remédios necessários ao tratamento de tanto doentes.

Edição nº 8, Set.-Out.-Nov., de 1917.

Na edição de número 8 (ano II edição 8), Setembro/Outubro/Novembro de 1917, havia a publicação de um artigo intitulado “GRITO DE DESEPERO D’UM POVO QUE DESAPARECE”, podemos ler em seu teor, assim como percebemos logo em seu título, um verdadeiro apelo ao poder público e um desabafo do editor do jornal, na pessoa do próprio bispo prelado do Rio Branco, a respeito das condições sanitárias na qual o Rio Branco se encontrava.

O artigo inicia com uma exclamação “aos grandes males – grandes remédios!” ficando claro que o Bispo se referia ao quantitativo insuficiente de remédios disponibilizado pelo Governo do Amazonas a Comissão Sanitária para tratar a população riobranquense que sofria com a epidemia de febres palustres. O artigo tem vários pontos importantes, aos quais destacaremos o apontamento que ele faz sobre os escritos de Aurélio Pinheiro, pois este descreve que se encontrava na presença “d’um povo moribundo” e o Bispo, numa tentativa de “defesa” da região ao qual pertencia, dizia que a epidemia era um mal transitório, que não era específico da região.

O Bispo Gerardo Von Caleon possivelmente numa tentativa de justificar ou mesmo de encontrar respostas de onde vinha o “terrível mal” apontava que a epidemia tivera início nas malocas dos índios onde apenas em 1916 morreram 3.000. É curiosa a comparação que o Bispo fez da epidemia que arrasou o Rio Branco com as secas que devastaram o Ceará, e comentou ainda que por mais que o Governo do Amazonas tivesse tomado algumas medidas, estas foram insuficientes para amenizar a situação da população.

Percebemos que em tom de lastima o Bispo cobra que seja revisto a despreocupação das autoridades civis com a população riobranquense:

⁶A Comissão de Aurélio Pinheiro possuía uma ambulância barco altamente equipada para atender a população do Rio Branco, além disso, quando estavam em terra, dispunham de uma canastra (grande caixa de madeira) que armazenava todos os materiais – equipamentos e remédios – necessários para desenvolver os trabalhos.



(...) Vamos ver então o Brasil assistir impassível á depopulação de sua região mais setentrional, dando aos povos fronteiros o espetáculo d'uma repugnante hecatombe de cidadãos brasileiros, úteis a sua pátria?

E, esta região é o *Rio Branco*, celleiro do Amazonas, lugar de maior futuro no Amazonas região que goza agora da symphatia geral do Governo Federal, do Governo Estadual, do Congresso, da Sociedade Nacional de Agricultura da Imprensa! Vamos ver, então, o Rio Branco, transformar-se n'um deserto africano? A que servirão, depois, a Estrada de rodagem, a estação radiotelegraphica, a navegação subsidiada, a Estrada que vem da Guyana Inglesa, etc, etc. Se assim continuar, d'aquí a bem poucos annos não haverá mais vestígios d'este começo de civilização do Rio Branco. Pode-se remediar. – Deve-se remediar. – já, já! É um crime deixar morrer esse povo, sem remédios, sem médicos. A febre biliosa não é uma moléstia tão difícil a tratar, e a vencer – salvo os casos perniciosos. Mas, é preciso um trabalho *inteligente, extenso e prolongado*. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 3).

Além da indignação expressada nas palavras do Bispo é notório o quanto ele se preocupava com a população, pois mesmo que tivesse conhecimento de que a febre biliosa não era uma enfermidade difícil de ser tratada seria preciso um trabalho inteligente, extenso, prolongado e ininterrupto de pelo menos três anos por parte da Comissão, e ainda que dispusesse de materiais necessários para que o trabalho fosse feito de maneira a que pudesse acabar de vez com a epidemia, este provavelmente não daria conta de solucionar o flagelo em sua totalidade: “(...) Esta Commisao Sanitária deve ter uma durada indeterminada, que não seja inferior a três annos. Deve gozar, cada anno, de um orçamento capaz de sustentar o pessoal empregado, as pharmacias gratuitas e a locomoção necessária” (Jornal do Rio Branco, 1917, p.3). No fim do artigo, constatamos a quem realmente é endereçado esse “grito de desespero”.

(...) Esse apello desesperado do povo do Rio Branco, endereça-se respeitosamente, mas com grande energia: Ao Sr. Presidente da Republica; Ao Sr. Governador do Amazonas; Ao Congresso Federal; Ao Congresso Estadual; Aos ministros competentes.

Valha-nos a pátria brasileira! (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 3).

Na segunda e última parte da publicação do relatório no Jornal, na seção “PARTE HISTÓRICA – O RIO BRANCO ATUAL”, encontramos uma continuação da narrativa feita acerca da invasão de gafanhotos. Segundo a narrativa, os primeiros alarmes foram feitos em



meados de 1916, e a Vila foi tomada pelos casos de febres tanto a biliosa, quanto casos mais raros de acessos perniciosos⁷.

Nas anotações de Aurélio Pinheiro – diferente da crítica que o Bispo do Rio Branco faz a Administração Municipal – ele relata que o Governo Municipal preocupou-se com a “sorte” do povo “principalmente dos índios e dos indigentes, e começou a distribuir os remédios aconselhados” (Jornal do rio branco, 1917, p. 3), de acordo com ele, quando os primeiros recursos se esgotaram ainda foi feito um apelo ao Governo do Estado devido ao saldo no Tesouro do Amazonas, solicitando um profissional e medicamentos, respectivos, o pedido foi atendido em parte tendo sido mandado à Vila uma pequena ambulância, como já havia sido informado na notícia da edição nº 7. Apesar de toda essa “preocupação” da Administração e mesmo com o pedido sendo atendido em parte, os remédios encaminhados não tiveram o resultado esperado, nas palavras de Aurélio Pinheiro “o resultado foi negativo, talvez por insuficiência, talvez pela irregular distribuição que lhes deram”.

Nesta parte, percebemos no relato o quanto a situação estava crítica na Vila, quando Aurélio Pinheiro, escreve em tom de pesar o seguinte:

A epidemia continuava impunemente devorando vidas sobre vidas, espalhando-se por todos os cantos, feroz e indomável.
O clamor era cortante. De toda a parte vinham notícias desanimadoras, como se um vento de desgraça açoitasse aquelas terras numa fúria de extermínio.
A situação era premente, angustiada decisiva – emigrar ou morrer. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 4).

Depois de descrita a situação ao qual vivia a população da Vila, Aurélio Pinheiro, relembra que foi diante dessa situação ao qual se encontrava a região que o Governador do Amazonas o nomeou Chefe da Comissão junto com seu auxiliar o farmacêutico Dourado Filho, formando assim a Comissão de Saneamento que visitou o Rio Branco para tratar daquele povo doente.

Aurélio Pinheiro relata que ao chegar a Vila encontrou

“uma população inteira abalada profundamente pelos revezes de mais de seis mezes de sofrimento ininterruptos; uma população de anêmicos dvsraticos,

⁷De acordo com o Dicionário online de língua portuguesa, pernicioso é o nome de um tipo de febre palustre, muito grave, deliriosa e às vezes mortal, é a forma mais perigosa da anemia. Febre biliosa é o nome antigo da febre recorrente caracterizado por vômitos “biliosos” da malária, é associados a acentuado aumento da bilirrubina na febre sub-terça grave.



de combalidos, tal foi a scena tristissima que se surprehendeu, fazendo-me ver de relance quanta seriam deficientes os recursos por mim levados.”(Jornal do rio branco, 1917, p. 4)

Depois de descrita a situação ao qual se deparou, ele afirma que sua primeira atitude foi fazer exame nas águas dos rios – situação essa já noticiada, na edição nº 3, Jan.-Fev. de 1917 – em que ele observa que os habitantes que se serviam das águas captadas em fontes adoeciam da mesma forma: “Essas fontes de água corrente e límpida eram anteriormente, desde annos passados, sempre o manancial preferido, e jamais a moléstia havia penetrado a moradia salubre.” (Jornal do Rio Branco, 1917, p.4)

O relatório ora publicado no *Jornal do Rio Branco* traz um quesito muito importante com relação às epidemias de febres que assolavam a região, além da água, no relatório a Comissão de Saneamento chama a atenção para a carne consumida em todos os lugares do município:

O gado que se abate para o consumo nas *Fazendas* e na Villa e sempre de péssima qualidade e geralmente absolvida em forma de *churrascos*, meio crus, sem o processo de decocção, facto comum na classe pobre e nos índios principalmente.

É um triste e enraizado habito do sertanejo do Rio Branco. Pode a *Fazenda* contar um numero incalculável de rezes novas e sadias, mas o proprietário ou vaqueiro reserva sempre para a sua alimentação quotidiana a rez imprestável, magra e doentia às vezes.

Tão nociva é essa alimentação que são communs as moléstias do tubo digestivo, sobretudo as gastrites rebeldes, mesmo nos que puderam escapar á sanha da malária.

E como hoje já são admitidas as theorias da transmissão do impaludismo pela alimentação, ahi deixo essas observações ao critério dos competentes no assunto. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 4).

Quando a Comissão descreve isso em seu relatório, ressalta a hipótese já levantada de que seria os hábitos da população, um dos fatores para a propagação das doenças. Aurélio Pinheiro descreve ainda que o quantitativo de atendimento realizados na vila foi de 182 habitantes medicados e que obtiveram assistência. Posteriormente foram medicados 1.063 habitantes. De acordo com Aurélio Pinheiro, as estatísticas ora apresentadas foram observadas até fins de fevereiro daquele ano, mas que com o tempo e por causa das viagens o trabalho se perdeu em parte, mas adverte que subiu para mais de dois mil os doentes medicados.



Após deixar a sede do Município, a Comissão percorreu um trajeto até a foz do Uraricoera e baixo Tacutu, onde descrevem que por todo o trajeto da nascente até a foz, observam a devastação produzida pelo impaludismo.

Fazendas abandonadas, lares desertos, malocas incendiadas, fortunas que se extinguem, a emigração que se inicia, o desanimo que se apodera de todos, o trabalho paralisado, a esperança perdida, o esphacelamento, a ruína que começa, tal é em dura e trágica verdade o que se sente e se vê em todo o vasto sertão do Rio Branco. (Jornal do Rio Branco, 1917. p. 4).

Depois de salientar como a região estava dizimada, Aurélio Pinheiro aponta que a região possuía florestas que abundam as árvores que dão a Balata, que dispunha de quantidade extraordinária de cristais de rocha, de minérios diversos, e que ainda desfrutava de grandes campos de criação. De acordo com o autor, era tamanha a cobiça do estrangeiro, e lamentava ser uma fortuna incalculável que o Estado em tempo algum aproveitou que todas essas riquezas estariam perdidas, desprezadas, inúteis. Onde apesar de evidências dos fatos, dos protestos e rogos não conseguiram mover os governantes. A data de assinatura do relatório é de 22 de março de 1917, por Aurélio Pinheiro.

Conclusões

Ao concluir este trabalho que tem como foco as epidemias de febres no município de Boa Vista do Rio Branco e a Comissão Sanitária nomeada para combatê-las, é impossível não fazer um panorama geral ao qual nos deparamos. Ao aprofundar os trabalhos sobre a região descobrimos que no período não havia somente as epidemias de febres palustres, mas sim uma grave epidemia de doenças ocasionadas por diversos fatores.

Dentre esses fatores podemos citar os hábitos populacionais, e dentre esse hábitos os que tiveram mais contribuição foram os costumes dos habitantes da região, que consumiam água diretamente do rio onde os mesmos despejavam os dejetos das habitações e mesmo os restos de animais abatidos para consumo, aliado a isso, a Vila possuía uma estrutura precária, sem estradas, sendo fluvial a única via de comunicação com Manaus, e acima de tudo possuía um serviço médico mal aparelhado e insuficiente para a população da época.

O *Jornal do Rio Branco* foi de grande importância para a sistematização do nosso trabalho, pois noticiou os trabalhos da Comissão Sanitária chefiada por Aurélio Pinheiro,



outrossim, noticiou as epidemias que atormentaram a população riobranquense, além disso o jornal deu uma parâmetro geral da região assolada pelo impaludismo.

Escrever sobre o estado sanitário do Rio Branco não é algo fácil, o *Jornal do Rio Branco* foi de grande importância para a sistematização do nosso trabalho, pois noticiou os trabalhos da Comissão Sanitária chefiada por Aurélio Pinheiro. O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa muito maior que envolve a análise dos relatórios da comissão de Aurélio Pinheiro e ainda a de Oswaldo Cruz.

Referências Bibliográficas

ALVARES, Luiz Caetano Sant. Anna. **Algumas Palavras sobre a febre biliosa hemoglobínurica.** Escola Medico-Cirúrgica do Porto. Porto: 1898

CAVALCANTI, Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do vale do Rio Branco.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Rodrigues e Cia, 1949.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho; SANTOS, Neygila Cristina Costa. **As micro estruturas econômicas da região do rio Branco: 1900 -1950.** s/d.

DEANE, L. M. **Observações sôbre a Malária na Amazônia brasileira.** *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, v. 1, n. 1, p. 3 – 60, 1947.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e Inspirações da Capital de Roraima (1830-2008).** *Revista Tempos Históricos*. v. 13, 1º semestre - 2009 - p. 137-166. ISSN 1517-4689.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima.** São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003.

PEREIRA, Luciano. **O Rio Branco: Observações de viagem.** Manaus: Imprensa Pública, 1917.

REY, Luís. **Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RICE, Alexandre Hamilton. **Exploração à Guiana Brasileira.** São Paulo: Edusp, 1978.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **A ciência nos trópicos: as práticas médico-científicas em Manaus na passagem do século XIX para o XX.** *Revista Pós Ciências Sociais* v.6, n.12, 2009.

_____. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930).** Manaus: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009



_____; LIMA, Nísia Trindade. **Do “inferno florido” à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930).** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 399-415, maio-ago. 2010.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial urbana em Roraima – Brasil.** São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2007.

SILVA, Vandeilton Francisco da. **O Jornal do Rio Branco: Um instrumento de análise cultural.** Programa de Pós-graduação em História Social Universidade Severino Sombra. s/d.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso.** Porto: 2001.

SOUZA, A. K. S. **Comércio, acumulação e poder: a empresa J. G. Araújo & Cia. Ltda. em Boa Vista do Rio Branco.** Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.

STEDMAN, Thomas Sathrop. **Dicionário médico.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano e Boa Vista - Roraima.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: 2009.

Dicionário on-line de português. www.dicio.com.br. Acesso em 29 de março de 2013.

Documentos Consultados:

CENDAP. CD 107.2.3 (001). **Relatório lido perante o conselho municipal pelo superintendente Generaldo Collaço Veras na terceira sessão ordinária de 1916.** Manaus: Imprensa Pública. 1917.

CENDAP. CD 107.2.3 (001). **Jornal do Rio Branco, órgão mensal dos interesses dos moradores do Rio Branco.** Boa Vista do Rio Branco. 1916-1919. Mensal.

Relatório sobre as Condições Médico-Sanitárias do Valle do Amazonas, apresentado ao Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1913.

PINHEIRO, Aurélio. **Saneamento do Rio Branco.** Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2002.

Recebido em 13/09/2014; aprovado em 03/12/2014.